

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS USOS DO TERRITÓRIO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

THE HOMELESS PEOPLE AND THE USE OF TERRITORY IN CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Diogo Jordão

Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro.

Rua Dr. Júlio Barcelos, 001, Jockey Club, CEP: 28.020.140, Campos dos Goytacazes, RJ.

E-mail: diogojordao@id.uff.br

Recebido em 05 de fevereiro de 2021, Aceito em 10 de maio de 2021

<https://doi.org/10.26512/2236-56562021e40263>

Resumo

A população em situação de rua constitui uma das faces mais extremas da pobreza urbana. Em um contexto de excessiva privação, esses sujeitos se apropriam de espaços e de recursos específicos, no intuito de garantir condições mínimas de sobrevivência, fazendo do território usado um abrigo. Nesse contexto, o presente trabalho busca analisar os usos do território pela população em situação de rua, que ocupa a área central de Campos dos Goytacazes/RJ nas suas estratégias de sobrevivência. A pesquisa é de cunho qualitativo, baseando-se em pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo, com o uso de fotografias, observações do cotidiano dos sujeitos pesquisados, assim como entrevistas com roteiros previamente elaborados. As análises realizadas permitem considerar que a variedade de espaços e a concentração de pessoas e serviços no Centro da cidade condicionam a execução das estratégias de sobrevivência desse grupo social. Calçadas, marquises, praças e equipamentos abandonados são apropriados por esses sujeitos nas suas vivências cotidianas. Considera-se que analisar os usos do território por essa população possibilita uma melhor compreensão da complexidade do espaço urbano, revelando uma realidade desconhecida e estigmatizada socialmente.

Palavras-chave: Geografia Urbana. Pobreza urbana. Espaço urbano. Território Usado. Circuito inferior da economia urbana.

Abstract

The homeless people are one of the most extreme faces of urban poverty. In a context of excessive deprivation, these people take specific spaces and resources, aiming to assure minimal conditions of survival, making the territory their home. In this context, this paper aims to analyze the use of territory by homeless people, who occupy the central area of Campos dos Goytacazes/RJ and their survival strategies. The research is qualitative, based on bibliographic's research and fieldworks, we used photos, observed the daily life of the homeless people, and interviewed with scripts previously produced. The analysis done allow us to consider that the variety of spaces and the concentration of people and services in the center of the city condition the execution of survival strategies of this social group. Abandoned sidewalks, awnings, squares and equipments are taken by homeless people in their daily life. We consider that analyze the use of territory by this population allows a better comprehension of the urban space complexity, revealing an unknown and socially stigmatized reality.

Keywords: Urban Geography. Urban poverty. Urban space. Used territory. Lower circuit of the urban economy.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar os usos do território pela população em situação de rua, que ocupa a área central de Campos dos Goytacazes/RJ nas suas estratégias de sobrevivência. Partimos do pressuposto de que o cotidiano desses sujeitos é dotado de intencionalidades e que, em um contexto de extrema privação, essas pessoas se apropriam de espaços e recursos específicos da cidade, no intuito de garantir condições mínimas de sobrevivência, fazendo do território usado um abrigo.

Concordamos com Santos (2005, p. 255) que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” e, por isso, fala-se em território usado, definido a partir dos objetos e das ações, sinônimo de espaço humano e espaço habitado. O uso do território se dá tanto pela implantação de infraestruturas, como pelo dinamismo da economia e da sociedade (SANTOS; SILVEIRA, 2011). No entanto, tais usos não se restringem àqueles engendrados pelos agentes hegemônicos, como o Estado e as grandes corporações. O território usado é também “preche das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis e antagonicos” (RIBEIRO, 2005, p. 12.458). Portanto, é também o território usado pela população que faz da rua o seu espaço de vida.

Enquanto os agentes hegemônicos usam o território como um recurso, ou seja, apenas como um meio para potencializar as suas estratégias corporativas, os agentes hegemônizados usam o território como um abrigo, ao passo que buscam constantemente adaptar-se ao espaço urbano, recriando estratégias que garantam a sua sobrevivência nos lugares. Nessa concepção, o território usado é o lugar da existência e resistência, no qual o pobre toma consciência da sua condição e desenvolve estratégias de luta e sobrevivência, mesmo que, muitas das vezes, sejam opostas às racionalidades hegemônicas (SANTOS, 2000).

Embora vivam em condições de profunda escassez, as pessoas em situação de rua desenvolvem práticas no espaço urbano que se mostram essenciais à sobrevivência, constituindo, assim, novos usos do território. Na verdade, tais indivíduos vivenciam a geografia urbana de forma particular, fazendo da rua um lugar de deslocamento contínuo e dotado de funções diversas daquela preconizada pela ordem urbana (FRANGELLA, 2004). Para eles, a rua se torna um lugar de moradia e sustento. Isso vai ao encontro do que afirma Santos (2001), que, embora a pobreza seja uma situação de carência, é também uma situação de luta, um estado de vida ativa, ao passo que ante a racionalidade hegemônica, desejosa de tudo conquistar, os pobres criam formas alternativas de racionalidade, que se mostram indispensáveis à sua sobrevivência nos lugares.

Conforme Koga (2011), a dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva de totalidade da questão social, pois além de trabalhar com os aspectos das

necessidades, refere-se, também, às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e o seu cotidiano de vivência. Considerar o território a partir dos seus usos pelos sujeitos sociais possibilita, ainda, que sejam alcançadas as gamas de relações nas suas formas objetivas e subjetivas, revelando um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade.

É nesse sentido que se propõe a presente pesquisa, que busca entender como as pessoas que vivem nas ruas se apropriam dos espaços e recursos da cidade para realizarem as atividades básicas, como dormir, tomar banho, comer, tomar água e trabalhar. Apesar de ser um fenômeno visível em boa parte do país, ainda são poucos os estudos e pesquisas sobre esse grupo, tanto no âmbito governamental quanto acadêmico, principalmente no campo da Geografia e fora do eixo das grandes capitais. A inexistência de um local fixo de moradia é um dos principais fatores que dificultam a realização de estudos desse tipo. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir com esse campo de análise ao investigar as vivências da população em situação de rua em uma cidade média¹.

A pesquisa é de cunho qualitativo e se baseia em um levantamento e análise bibliográfica sobre a temática abordada, pesquisa em bancos de dados e, principalmente, trabalhos de campo, nos quais se lançou mão de fotografias, observações no cotidiano de vida dos sujeitos pesquisados, assim como entrevistas com roteiros previamente elaborados. As atividades de campo foram realizadas nas ruas do Centro de Campos dos Goytacazes em 2017. Considerou-se a rua no seu sentido amplo, incluindo espaços geralmente usados como abrigo para essa população, a exemplo de praças, marquises e pontes. Inicialmente, buscou-se identificar os locais de concentração dessa população nas ruas da cidade. Para isso, foram executadas as seguintes ações: 1) Entrevista com uma integrante do Serviço de Abordagem de Rua no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); 2) Atuação do pesquisador junto aos integrantes de um projeto social que realiza atendimentos a esse público-alvo na cidade e, posteriormente, 3) Observações nas ruas do Centro.

Foram realizadas 18 entrevistas de cunho qualitativo, gravadas em áudio e transcritas. Desse total, 15 pessoas eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Essas atividades ocorreram em diferentes pontos da área central, a fim de obter uma melhor compreensão dos diferentes usos do território. A escolha dos entrevistados se deu de maneira aleatória. As observações e as entrevistas foram realizadas em dias diferentes: tanto dias úteis, finais de

¹ As cidades médias se definem a partir dos papéis que desempenham na hierarquia urbana. Essas apresentam forte relação com as regiões nas quais estão situadas, possuindo elevado potencial de comunicação e articulação entre cidades maiores e menores (sob sua influência). Caracterizam-se pela concentração e centralização econômica, sendo elas os locais para onde os moradores de cidades menores e das áreas rurais se deslocam para realizar o consumo de bens e serviços mais sofisticados do que aqueles que geralmente têm acesso (SPÓSITO, 2001).

semana ou, até mesmo, feriados. Do mesmo modo, os horários também foram alternados: nos turnos matutino, vespertino e noturno, inclusive ao amanhecer e após as 21 horas. Esses procedimentos se mostraram necessários, devido às características próprias do cotidiano dessas pessoas, já que, a depender do horário, muitas delas estão andando pelas ruas à procura de alimento ou mesmo a trabalho. Os nomes aqui utilizados são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos pesquisados.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em cinco seções. A primeira busca caracterizar a população em situação de rua, que se apresenta como uma expressão da pobreza urbana. Posteriormente, são analisados os usos do território por esse grupo em suas estratégias de sobrevivência na área central de Campos dos Goytacazes, na busca por água, comida e lugar para dormir. A terceira seção discute como essas pessoas se relacionam com os equipamentos de políticas públicas no território. Em seguida, é feita a análise da inserção dessa população no circuito inferior da economia urbana local, com a criação de trabalho em suas diversas formas. Por fim, a última parte discute como as racionalidades situadas entre a população de rua se contrapõem aos interesses dos agentes hegemônicos, resultando em conflitos e violências.

A população em situação de rua e o espaço urbano

A presença de pessoas vivendo nas ruas ocorre nas cidades do Brasil e do mundo. Dispersos em ambientes como calçadas, praças e marquises, esses sujeitos se apresentam como uma das faces mais extremas da pobreza urbana, sendo alvos dos mais variados tipos de olhares, sentimentos e reações.

Segundo o decreto nº 7053/2009, que institui a Política Nacional da População em Situação de Rua, trata-se de um:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a).

Para Lopes Silva (2009), usa-se a expressão “em situação de rua” pois ela designa uma condição que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana, como é comumente considerada, mas é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital. Consiste em uma condição não escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados.

Até recentemente, pouca atenção era dada a essa problemática, tanto no âmbito acadêmico, quanto no campo das políticas públicas. Atualmente, embora o Estado reconheça

essas pessoas como sujeitos de direitos, ainda são escassos os relatórios, levantamentos, censos ou estimativas sobre elas.

A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua realizada nos anos de 2007 e 2008, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009b), consiste no primeiro e único estudo realizado sobre esse segmento em âmbito nacional e serve de referência para as pesquisas sobre essa população no país. Até então, os estudos se restringiam àqueles realizados por iniciativa de algumas prefeituras.

O levantamento supracitado abrangeu 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e considerou apenas os adultos em situação de rua, tirando da análise as crianças e adolescentes. As capitais São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre não compuseram a amostra, pois haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes. A pesquisa identificou um contingente de 31.922 adultos vivendo nas ruas das cidades. Quando somados aos dados das cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que juntas contabilizavam 13.915 pessoas à época, chega-se ao número total de 45.837 pessoas vivendo em situação de rua. Um relatório mais recente divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos dados do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) de 2020, estimou que o total dessa população seja superior a 221 mil pessoas (NATALINO, 2020).

Quanto ao gênero, o estudo nacional (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009b) aponta que essa população é predominantemente masculina (82%). Em relação à idade, mais da metade (53%) possui entre 25 e 44 anos. Quanto à cor, 39,1% das pessoas em situação de rua se declararam pardas, 29,5% brancas e 27,9% pretas. No que diz respeito à formação escolar, 15,1% dos entrevistados nunca sequer frequentaram uma escola. A maior parte (63,5%) não concluiu o Ensino Fundamental. Sobre os vínculos empregatícios, 47,7% dos entrevistados afirmaram nunca ter trabalhado com carteira assinada.

Em relação aos motivos para a chegada às ruas, a pesquisa apresentou respostas múltiplas para essa questão, de modo que cada um poderia apontar mais de uma causa. Os resultados demonstraram que as principais justificativas se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dentre os entrevistados, 71,3% citaram pelo menos uma dessas três explicações, que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro.

Santos (2009) considera que o fenômeno se insere em um contexto amplo e estrutural de produção de pobreza, inerente ao sistema de produção capitalista. A autora afirma que:

em decorrência de um amplo processo macroestrutural, essa população foi empurrada para a rua somando-se a isto os diversos fatores biográficos da vida de cada um, que tornaram algumas pessoas mais vulneráveis do que as outras. (SANTOS, 2009, p. 146).

Para Escorel (2003), a inserção extremamente vulnerável no mercado de trabalho é um fator condicionante da ida para as ruas. Em geral, as trajetórias ocupacionais são configuradas por um movimento, no qual a ausência ou a precariedade de qualificação implicam intermitência do vínculo, ou seja, a não-fixação no mundo do trabalho. Assim, ocorre uma dinâmica de deslocamentos por atividades e por lugares em busca de atividades, chegando ao extremo das ruas.

Essa constatação também vai ao encontro do estudo de Metraux *et al.* (2018), que ao analisarem as trajetórias da população em situação de rua em Nova York, perceberam uma estreita relação entre o desemprego e a situação de rua. Segundo os autores, em geral, essa população possui um histórico de trabalho de natureza muito precária e de baixa remuneração, em um constante risco de ficar desempregado e, conseqüentemente, sem teto. Soma-se a isso outros fatores, como problemas de saúde.

Souza e Cardoso (2021) explicam que o aumento do número de pessoas em situação de rua nos países em desenvolvimento nas últimas décadas se relaciona à intensificação das políticas neoliberais, que expandiram a pobreza, transformando-a em uma condição crônica. Cada vez mais, o Estado perde a sua influência na coordenação de políticas, que garantem condições básicas de vida dos cidadãos mais pobres, transferindo essa responsabilidade para a iniciativa privada. A condição de vulnerabilidade da vida pregressa se soma à precariedade da vida na rua, que deteriora o estado físico e mental, comprometendo a capacidade dessas pessoas em sair dessa condição por iniciativa própria, já que a atuação do Estado é ineficaz. Assim, ao invés de ser uma situação passageira, a rua se torna uma moradia permanente.

Essa população é parte integrante do espaço urbano, ao passo que, nas suas vivências, apropria-se de espaços e de recursos específicos da cidade, no intuito de garantir mínimas condições de sobrevivência. O espaço urbano é aqui considerado a partir da definição de Corrêa (1989), segundo o qual, é a própria sociedade na sua dimensão mais aparente, ou seja, aquela materializada nas formas espaciais. Assim, o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social. Ele se constitui como um produto social, resultado de ações executadas por agentes sociais concretos que produzem e consomem espaço de maneira complexa, mediante o processo de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.

Embora não produzam moradias convencionais, considera-se que a população que vive nas ruas também se constitui como grupo social organizador e criador do espaço urbano. Os usos que esses sujeitos fazem do território estão intimamente ligados às suas necessidades de sobrevivência, tais como comer, dormir, tomar banho e trabalhar. Com as experiências

desenvolvidas no dia a dia, adquirem conhecimentos sobre a distribuição espacial dos recursos, configurando, assim, práticas e dinâmicas específicas na cidade.

Conforme Santos (2009), a necessidade de um espaço para abrigo faz com que essas pessoas sejam obrigadas a transformar um ambiente inóspito em um território existencial. Desse modo, elas ocupam espaços sem mínimas condições de habitação e os adaptam de maneira que neles seja minimamente possível realizar necessidades básicas.

É preciso considerar que a forma como a cidade está organizada se impõe e condiciona a vida dessas pessoas, haja vista que as suas estratégias de uso se definem a partir dessa organização da cidade (PENTEADO, 2012). Como explica Silveira (2011), o território usado consiste em uma norma, pois ao abrigar as ações passadas, já cristalizadas nos objetos e em tais normas, atua como um princípio e um molde para a ação presente, ou seja, condiciona novos usos. É, pois, nesse sentido, que o território se apresenta como um condicionante das ações da população em situação de rua.

Ribeiro (2012) afirma que o território usado é o espaço que é de todos e de todas as práticas. Logo, não pressupõe apenas limites preestabelecidos e admite diferentes escalas, assim como ações espontâneas nos diferentes espaços. Nessa perspectiva, o recurso ao conceito de território usado aumenta as oportunidades de fala dos muitos outros atores sociais, portanto, não apenas dos hegemônicos. No reconhecimento da vitalidade do tecido social, é necessário admitir que a complexidade da vida urbana se manifesta em todos os lugares, o que exige a superação do uso preponderante do “localizador social” representado pelo domicílio, que geralmente é utilizado como norte da interpretação da dinâmica social. Desse modo, considera-se que o território usado muito contribui na análise das estratégias cotidianas da população que vive na rua, haja vista que para esse grupo social, a rua é usada de modo distinto do que pressupõe as “normas” sociais de uso do espaço.

Para aqueles que vivem nas ruas, não há uma casa para servir de abrigo. Se para a população domiciliada a casa é o lugar referenciado e convergente para a realização de atividades cotidianas, como a alimentação, a higiene e dormir, para as pessoas em situação de rua a casa é substituída por um conjunto de práticas, estratégias e lugares, de modo que para eles a rua deixa de ser apenas um local de passagem e de trânsito, adquirindo uma nova conotação (ROBAINA, 2015).

Para Neves (1999), a rua não pode ser compreendida apenas pelo olhar externo. Para aqueles que nela vivem, a rua é o lugar de abundância a ser vasculhada, de acolhimento a ser conquistado e de alternativas diante da condenação à morte. No mesmo sentido, Frangella (2004) chama a atenção para que a rua não seja vista como um mero logradouro, mas que deve

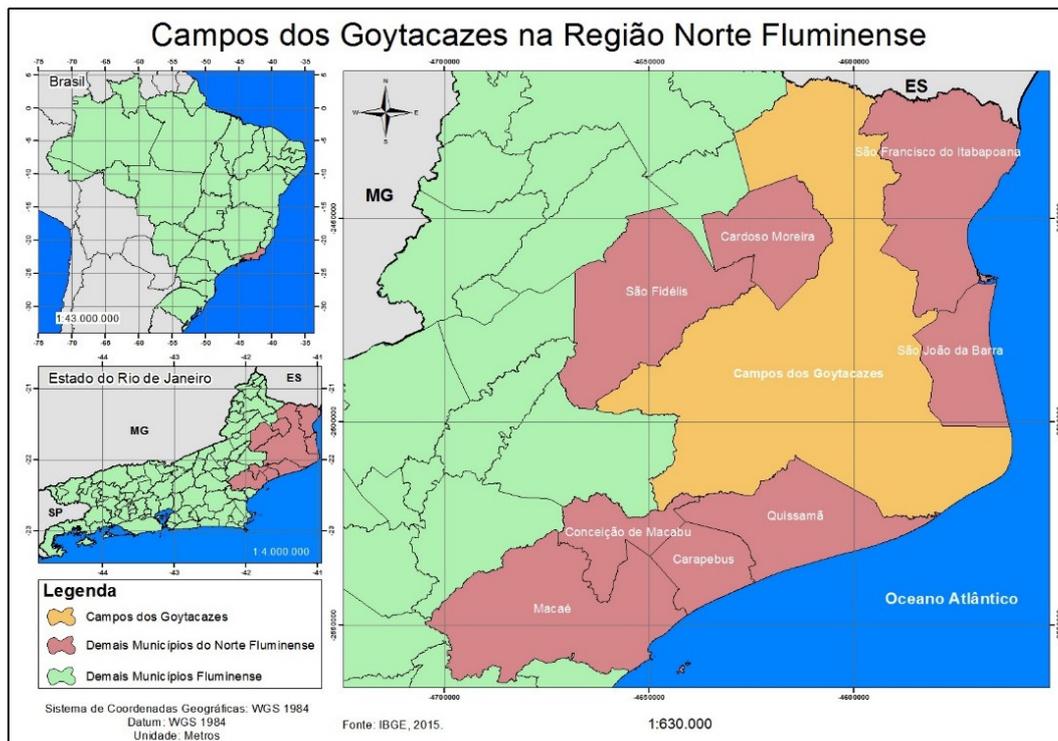
ser considerada como um espaço urbano, sobre o qual se constroem um conjunto de ações que atribuem sentidos de lugar e pertencimento.

Salienta-se, no entanto, que a inserção no mundo da rua não se dá de maneira repentina. Aos poucos, a pessoa abandona hábitos, costumes e conceitos, para gradativamente vivenciar e adquirir um novo entendimento da rua e da vida. A rua deixa de ser o contraponto negativo da casa, entendida como proteção e cooperação, passando a ser percebida como espaço possível de sobrevivência, ou seja, como lugar de trabalho e moradia.

As estratégias de sobrevivência no Centro de Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes está localizado na Região Norte Fluminense e possui uma população total de 463.731 habitantes, dos quais 90,2% residem na área urbana (IBGE, 2010). Além de ser o maior município em extensão territorial do estado do Rio de Janeiro (4.026.696 km²), ele polariza os demais municípios da região devido à concentração de atividades de comércio e serviços (Mapa 1).

Historicamente, Campos teve uma posição de destaque nos cenários regional e nacional, graças à sua dinâmica econômica: primeiramente, pela sua importante indústria açucareira e, mais recentemente, por ter se tornado um dos maiores recebedores de royalties e participações especiais pela exploração de petróleo, a partir da década de noventa do século passado. No entanto, trata-se de um município marcado por contradições, haja vista a predominância de uma população pobre e pouco dinâmica em termos de geração, acesso e distribuição de emprego e renda. Campos tem como aspecto central do seu mercado de trabalho o desemprego e o subemprego da imensa parcela da força de trabalho muito desqualificada, que vive de “bicos” e mora em favelas e loteamentos não regularizados pelo Estado (CRUZ, 2003).



Mapa 1 - Localização do município de Campos dos Goytacazes. Fonte: Adaptado de IBGE (2015)

O Centro da cidade concentra uma enorme variedade de comércios e serviços. Há supermercados, lojas de roupas e calçados, papelarias, farmácias, bancos, universidades, hospitais, clínicas médicas e odontológicas, postos de gasolina, entre outros setores. Essa grande quantidade de equipamentos e serviços faz com que pessoas de todos os lugares da cidade e de outros municípios da região procurem o Centro diariamente. A configuração da área se apresenta estratégica para aqueles que vivem nas ruas. Segundo o Centro POP (2017), foram identificadas 129 pessoas nessa situação na cidade.

A escolha pelo Centro

Em geral, há uma tendência de se encarar as ações da população em situação de rua na cidade como fruto do acaso. No entanto, os estudos indicam que a longa permanência nesses espaços traz para esse grupo conhecimentos sobre a distribuição espacial dos recursos, configurando estratégias específicas em cada cidade (SANTOS, 2009).

Para a população em situação de rua, morar se dá mediante um processo envolvendo itinerâncias e fixações no espaço urbano, haja vista que não conseguem saciar as suas necessidades básicas em um só lugar (ROBAINA, 2015). No entanto, esse grupo tende a estabelecer um território de circulação, podendo englobar uma rua, um quarteirão ou um bairro, por exemplo. O que faz com que determinada área da cidade seja por eles ocupada é justamente a diferença no conjunto de possibilidades de acesso a recursos necessários.

Escorel (2003) explica que a definição desse local de permanência se dá a partir de alguns requisitos:

Verifica-se que, num primeiro momento, segurança e cobertura (abrigo ou teto) são os principais requisitos. Em seguida, para sobreviver nas ruas os locais são escolhidos segundo as possibilidades de oferta de água, alimentos e/ou doações e rendimentos. O mais difícil é conseguir um local onde possam de maneira regular tomar banho, lavar a roupa e limpar seus pertences (ESCOREL, 2003, p. 147).

Em geral, essa população se concentra nas áreas centrais das cidades, haja vista as variadas possibilidades que esses locais oferecem. Robaina (2013) afirma que a escolha dessa área pelas populações de rua se deve ao fato de o centro garantir melhores condições de sobrevivência em comparação a outras áreas da cidade, tendo em vista, principalmente, as possibilidades de realização de atividades laborais, bem como a concentração de ajudas assistencialistas. Escorel (2003) ressalta, ainda, que, esses locais, por ficarem desertos durante a noite, conferem ao grupo uma privacidade doméstica, sendo mais propícios ao descanso e à realização de atividades mais íntimas.

A diversidade da arquitetura urbana nos centros oferece maiores possibilidades de abrigo para essa população. Pontes, marquises, viadutos, frente de prédios privados e públicos, postos de gasolina, parques, praças, calçadas, dentre outros locais protegidos do frio e da exposição à violência estão entre os locais que são usados para atender às necessidades desses sujeitos. Os lugares mal iluminados nas ruas ou praças, que geralmente são evitados por pedestres, são escolhidos para serem usados como banheiro, lugar para dormir, fazer sexo ou consumir drogas ilícitas, por exemplo. O banho e a lavagem das roupas costumam ocorrer em fontes e chafarizes que estejam no seu caminho (SANTOS, 2009).

Em Campos dos Goytacazes, essa dinâmica não é diferente. Embora também haja a presença de pessoas em situação de rua em outros locais da cidade, percebe-se claramente uma concentração dessa população no Centro da cidade. As entrevistas com as pessoas que vivem nas ruas do Centro da cidade apontam que a escolha da área se deve ao fato de o Centro apresentar melhores condições de sobrevivência em relação às demais regiões da cidade, principalmente em relação ao trabalho.

Às vezes saio, rapaz. Às vezes dá uma doideira na cabeça, vou pra praia... pra outro lugar... Mas aqui é melhor. Aqui eu tomo conta de carro, de moto. Agora eu tô só em moto. Aqui tem muito serviço, menino. Só não trabalha quem não quer. Aquilo lá é o quê? Papelão, não é? Então, já é dinheiro. Óh o mercado. Aqui não passa fome, não. (Sr. Antônio - informação verbal).

Observa-se que o Centro de Campos dos Goytacazes oferece uma variedade de locais que se apresentam estratégicos no cotidiano da população em situação de rua, como as praças, parques e as incontáveis marquises, que são usados para descanso ou proteção. Os locais

movimentados são propícios para a realização de atividades laborais. O grande fluxo de pessoas e veículos se torna uma oportunidade de trabalho para os chamados “flanelinhas”, por exemplo. Já a grande quantidade de lojas com a consequente produção de lixo se apresenta como uma fonte de trabalho para os catadores de materiais recicláveis. Ressalta-se, ainda, a existência de serviços públicos direcionados à população em situação de rua e que também se localizam na área central da cidade ou em áreas adjacentes, como o Centro Pop. Tudo isso faz do Centro uma área propícia para a moradia e sustento dessa população.

Assim como na maioria das cidades, em Campos dos Goytacazes não existe uma rua específica na qual essas pessoas a ocupem nas suas vivências. A pesquisa permitiu identificar que na cidade há uma diversidade de espaços que são apropriados por esse segmento populacional no Centro, com destaque para o Jardim São Benedito, a Ponte Leonel Brizola (Ponte da Rosinha), as praças São Salvador e República, o Terminal Rodoviário Roberto Silveira e as proximidades do Centro Pop.

O presente artigo não tem a intenção de descrever todos esses espaços, mas é importante destacar a Praça São Salvador, que é um local tradicionalmente ocupado pelas pessoas em situação de rua. A praça é cercada por comércios, agências bancárias, agência da Previdência Social e agência dos Correios, com intenso fluxo de pessoas durante o dia. A dinâmica cotidiana das pessoas em situação de rua não se dá exclusivamente no espaço da Praça, já que não é um local que possui cobertura ou parede para encostar (Figura 1). Esses indivíduos costumam permanecer embaixo das marquises das lojas e agências que ficam em volta da Praça.



Figura 1 - Praça São Salvador: um dos principais locais de concentração da população em situação de rua em Campos dos Goytacazes. Fonte: Acervo particular do autor (2017).

A presença da população em situação de rua nessa Praça é também intensa durante as noites, quando o movimento de pedestres é menor. Eles chegam à medida que anoitece e as

lojas e agências se fecham. Quando o dia amanhece, a maioria deles se levanta e vai para locais de menor movimento próximo dali ou mesmo para outros pontos da cidade.

Segundo o Sr. José, que costuma dormir próximo à agência dos Correios (Figura 2), além de oferecer proteção contra a chuva, o local é propício para guardar os pertences: “Se você passar em frente ao Correio, vai ver uma barraquinha lá. Quando dá 5h da manhã eu tiro a barraquinha. Guardo no saco e deixo na parede do Correio. Eu costumo dizer que ali é nosso guarda-roupa” (informação verbal). Ele explica que, apesar de os objetos permanecerem em um local aberto, “ninguém mexe”, pois já sabem que pertencem a eles.



Figura 2 - Pessoas em situação de rua dormindo na calçada da Agência dos Correios às 6h da manhã. Fonte: Acervo particular do autor (2017)

A grande movimentação na Praça também faz dali um local propício ao exercício de atividades de flanelinha, catador de material reciclável e vendedor de artesanato. Como explica o Sr. Gustavo, além do espaço para dormir, a Praça o permite acesso à alimentação e ao trabalho: “Aqui eu fico. Aqui tem almoço, tem a janta. E aqui eu trabalho. Trabalho tomando conta de carro” (Sr. Gustavo – informação verbal).

A tradicional concentração dessa população na Praça São Salvador fez do lugar um dos principais pontos de distribuição de comida por organizações que realizam ações para pessoas carentes. Quase todas as noites, é possível perceber a presença de grupos distribuindo alimentos no local, inclusive aos domingos. Nesses horários, muitas pessoas em situação de rua se deslocam dos demais pontos de concentração, com destino à Praça.

A alimentação e a água

A alimentação constitui uma das principais preocupações daqueles que vivem nas ruas. Em grande medida, o cotidiano dessas pessoas gira em torno da luta pela obtenção de alimentos.

Assim, diversas estratégias e práticas podem ser desenvolvidas no intuito de se atender a essa necessidade. Segundo Frangella (2004), em geral, a obtenção de alimentos pode se dar a partir de dois circuitos. O primeiro é aquele no qual o morador de rua obtém a alimentação pronta, em espaços externos à rua, como a rede assistencial, os restaurantes populares e vizinhos. A comida também pode ser conseguida pela prestação de serviço a algum restaurante ou bar à sua volta. Já o segundo circuito diz respeito ao processo de encontrar, elaborar e comer o alimento na própria rua. Isso pode se dar a partir de sobras de feiras ou mesmo do lixo. No entanto, ter acesso a uma dessas formas de alimentação pressupõe estar no lugar certo e na hora certa. É necessário acompanhar os momentos de oferta das alimentações ou dos produtos alimentícios, conhecer os lugares que possibilitem tais oportunidades, assim como manter boas relações com instituições e vizinhança.

Em Campos dos Goytacazes, destaca-se a grande quantidade de organizações não governamentais, grupos religiosos e voluntários que realizam a distribuição de alimentos para essa população na cidade. Segundo técnicos que atuam junto a esse grupo, muitas pessoas de outras cidades procuram as ruas de Campos para viver, justamente porque sabem que o município oferece boas condições para quem vive nas ruas. Isso pôde ser constatado a partir do relato do Sr. André, que residia na pequena cidade vizinha São Fidélis. Segundo ele, a sua cidade não oferece condições para quem vive nas ruas, ao contrário de Campos dos Goytacazes: “Pra ficar na rua, é melhor ficar aqui em Campos. Aqui você consegue ir pra outros lugares... Tem doação, lá já não tem” (Sr. André - informação verbal).

Quanto aos espaços institucionais de distribuição de alimentos, além do Centro POP, órgão da prefeitura, destaca-se, ainda, o Mosteiro da Santa Face e do Puríssimo e Doloroso Coração de Maria, também conhecido como “Madre” ou “Freiras”, ao lado do Jardim São Benedito (Figura 3). A entidade religiosa fica em um local privilegiado da cidade e diariamente oferece café da manhã, almoço e lanche da tarde. É comum a formação de filas durante três horários do dia. Além disso, muitas pessoas preferem permanecer ali durante os dias e noites.



Figura 3 - Pessoas em situação de rua aguardando distribuição de alimentos no Mosteiro da Santa Face Fonte: Acervo particular do autor (2017)

Quanto à janta, praticamente todas as noites há a distribuição de alimentos. Alguns grupos e instituições geralmente oferecem a alimentação na Praça São Salvador, como já relatado. Outras fazem o percurso pelos principais locais de concentração da população em situação de rua, a exemplo do grupo Anjos da Noite, ligado à juventude da Igreja Católica e do Projeto Alegria, formado por jovens voluntários. Durante a pesquisa, foi possível acompanhar a ação desse último grupo por algumas semanas e se verificou a estratégia de percorrer por vários locais do Centro, onde ficam pequenos grupos de pessoas em situação de rua, como o Jardim São Benedito, a Rodoviária e a Praça da República. Os alimentos distribuídos são doados pelos próprios voluntários, que também utilizam os seus carros para realizarem a ação.

Os relatos ouvidos permitem considerar que a doação é o principal meio de obtenção de alimentos nas ruas de Campos. Todavia, não é incomum que se peça alimento quando sentem necessidade, como se percebe na fala da Maria: “O alimento vem até a gente. Quanto não tem doação, a gente sai, pede... Quando a comida demora muito pra chegar até aqui a gente vai lá no Centro POP, na Madre” (Maria - informação verbal).

Embora haja certa “fartura” de doações de comida pronta, como fora percebido nas falas de quase todos entrevistados, há também aqueles que compram e produzem o alimento a partir de fogareiros improvisados com latas encontradas nas ruas. O dinheiro para essa compra pode ser adquirido por trabalho ou doação.

O almoço... tem a madre, né. E tem aqui no Centro Pop. Tem muita comida aqui, menino! Muita doação. Nós faz também. Aqui, olha as coisas aqui (apontando para uma lata). A janta nós come aqui. Que passa aqui. Passa na Praça São Salvador, em outros lugares também. Hoje mesmo tem alguma coisa, né (Sr. Antônio - informação verbal).

Quanto à água, esse é um dos recursos mais difíceis de serem adquiridos pela população em situação de rua. Na maioria das vezes, há maior disponibilidade de comida do que de água. Banheiros públicos, chafarizes, postos de combustíveis, igrejas e até mesmo o Rio Paraíba do Sul se tornam fontes desse recurso para a população que vive nas ruas de Campos dos Goytacazes. O chafariz localizado na Praça São Salvador é uma das fontes de água para a população que habita aquele local (Figura 4).



Figura 4 - Homem em situação de rua retira água do Chafariz Belga da Praça São Salvador
Fonte: Acervo particular do autor (2017)

Em alguns pontos de concentração desse grupo populacional, a água é obtida com mais facilidade. Essa diferença se dá na obtenção de água para beber e naquela usada para banho. Na rodoviária, por exemplo, o banheiro fica aberto todos os dias e em todos os horários, no entanto, a água para beber geralmente é obtida nos comércios. Aqueles que ficam próximos ao campo do Goytacaz costumam conseguir água gelada no Batalhão da Polícia Militar. As pessoas que ficam na Ponte Leonel Brizola costumam beber água no posto de combustível ao lado ou mesmo na Igreja Universal, também próxima daquele espaço.

O banheiro do Jardim São Benedito é usado não apenas pelas pessoas que dormem ali perto, mas também por indivíduos que costumam ficar em outros pontos da cidade. No entanto, o espaço só permanece aberto durante o dia. Os relatos indicam, ainda, que o Rio Paraíba do Sul, que corta a cidade, é bastante usado para banho por esse grupo. “O banho é no meu querido Paraíba que há muito tempo me acolhe. Ali é minha piscina... Final de semana é no Paraíba” (Sr. José – informação verbal).

Entre a rua e o acolhimento institucional

Nesses usos do território, importa também destacar a existência de instituições que fazem parte da rede assistencial do município destinada à população em situação de rua. O Centro Pop, aqui já citado, é a instituição que oferece o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço Especializado em Abordagem Social. O equipamento se constitui como uma referência no território para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito dessa população. Funcionando durante o dia, realiza nas suas dependências ações de acompanhamento psicossocial, atividades de convívio e socialização, além de promover o acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal e alimentação. Por estar em uma área de fácil acesso e próximo aos locais de concentração dessa população, diariamente diversas pessoas se encaminham para a unidade, no intuito de obter algum tipo de atendimento. Dali, muitas pessoas podem ser encaminhadas para instituições de acolhimento, como a Casa de Passagem, o Abrigo Lar Cidadão e o Albergue Francisco de Assis. Os dois primeiros permitem que os acolhidos permaneçam nas suas dependências dia e noite. Já o terceiro oferece apenas a janta e o pernoite. Os acolhidos entram às 18h e saem às 6h da manhã.

No entanto, a relação do público-alvo com os serviços institucionais nem sempre é harmônica. Os relatos ouvidos indicam que a escolha pela permanência nas instituições ocorre principalmente pela segurança oferecida, em oposição à violência das ruas. Por outro lado, aqueles que preferem as ruas afirmam que isso ocorre devido ao excesso de regras das instituições, enquanto a rua ofereceria maior liberdade. Os horários de entrada e saída, por exemplo, impedem a permanência de alguns trabalhadores nesses espaços, haja vista que, para muitos deles, o trabalho é realizado durante a noite. Além disso, os espaços não são projetados e normatizados adequadamente para a finalidade a que se dispõe, havendo uma série de problemas estruturais que entram em conflito com a própria lógica assistencial e com as necessidades próprias da população que vive na rua. Em alguns casos, tais fatores afetam a saúde mental dos sujeitos, causando-lhes problemas, como estresse e ansiedade.

Como assinalado por Lopes Silva (2009), as políticas se manifestam em confronto com as características e o perfil do grupo, de modo que as “exigências formais” dos programas geralmente se constituam como limites de acesso ao público-alvo. Na presente pesquisa, identificou-se que alguns deles precisam escolher entre o abrigo e o trabalho, já que as suas atividades laborais, a exemplo da catação de latinhas de alumínio em bares e restaurantes, são realizadas fora do horário comercial, quando os estabelecimentos se fecham. Essa situação é exemplificada pela fala do Sr. José, que compara o abrigo a uma gaiola de passarinhos. Ele

afirma que quando chegou a Campos dos Goytacazes, ofereceram-lhe uma vaga no abrigo, no entanto, se ficasse abrigado, seria impedido de realizar o seu trabalho:

Detesto abrigo. Abrigo é igual gaiola de passarinho. Eu sou bicho solto. Não posso ficar entre quatro paredes. Me ofereceram, mas eu não aceitei. Quando eu cheguei, eu catava latinha. E a latinha é à noite nos bares aqui da Pelinca. E no abrigo, 18h você tem que estar lá. E meu trabalho é à noite (Sr. José - informação verbal).

Para Oliveira e Costa (2015), a rigidez normativa do acolhimento institucional compromete a autonomia do acolhido, haja vista que se amplia a dependência do usuário com a instituição. “Poderia ser diferente se a pessoa pudesse ter uma rede social fora do abrigo e autonomia para gerenciá-la [...], o que permitiria, por exemplo, exercer atividades noturnas fora do abrigo” (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 352).

A inserção na economia urbana

É bastante comum que as pessoas em situação de rua sejam taxadas como “preguiçosas” ou “vagabundas”. Na maioria das vezes, elas são vistas como incompetentes e responsáveis pela deplorável situação na qual se encontram. No entanto, ao contrário do que é depreendido pelo senso comum, os estudos indicam que a população em situação de rua é composta, em boa parte, por trabalhadores.

Lopes Silva (2009) explica que, para esse grupo social, mesmo em condições degradantes, o trabalho continua sendo a principal referência material, psicológica e cultural, simbolizando as possibilidades de desenvolvimento, acesso a melhores condições de vida, felicidade e realização pessoal. A pesquisa do MDS (BRASIL, 2008) identificou que 70,9% das pessoas em situação de rua exercem alguma atividade remunerada. Aqueles que pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência se constituem como a minoria (15,7%).

Ao explicar a pobreza nas cidades dos países subdesenvolvidos, Milton Santos (2006) afirma que a experiência da escassez se torna a base de uma adaptação criadora à realidade existente, de modo que os pobres buscam formas alternativas de racionalidades que se mostram indispensáveis à sua sobrevivência nos espaços urbanos. O fato de o espaço urbano reunir áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos assegura às cidades a possibilidade de acolher as mais distintas atividades, realizadas segundo os mais diferentes níveis técnicos, de capital e de organização. Desse modo, ao mesmo tempo em que a cidade acolhe uma racionalidade hegemônica que se constitui no uso corporativo do território, ela também acolhe outras racionalidades que se localizam entre os pobres. Daí surge o que ele chama de circuito superior e circuito inferior da economia urbana.

Enquanto o circuito superior consiste nas atividades criadas em função das pessoas que podem se beneficiar dos avanços tecnológicos, ou seja, aquelas que possuem maior poder aquisitivo e das corporações que detêm o controle das informações, o circuito inferior é constituído por atividades pouco capitalizadas e que apresentam um menor grau de tecnologia. Todavia, há uma dependência e uma integração entre os dois, pois se originam do mesmo processo, havendo sempre uma dependência do segundo em relação ao primeiro. Segundo Montenegro (2006), o circuito inferior engloba qualquer trabalho que permita obter algum tipo de renda na cidade, entre as quais as atividades realizadas por vendedores ambulantes, guardadores de carros (“flanelinhas”) ou “catadores” de materiais recicláveis.

Em Campos dos Goytacazes, identificou-se a realização de atividades como a venda de doces e artesanatos, a catação de materiais recicláveis, assim como o trabalho de “flanelinha”, como são conhecidos aqueles que prestam serviços nos estacionamento, na limpeza ou “proteção” de um automóvel. Há, ainda, aqueles que fazem os chamados “bicos”, ou seja, atividades esporádicas, como capina de quintal, pintura ou ajudante de pedreiro. Outras formas de obtenção de dinheiro identificadas foram a prostituição e a venda de vagas nas filas de hospitais.

Embora sejam ocupações que não exijam qualquer qualificação, envolvem um processo de aprendizado, uma apropriação do “território de trabalho” e relações específicas com transeuntes (ESCOREL, 2003). Identificou-se que o local de realização da atividade, assim como o período do dia, são aspectos considerados em tais estratégias de obtenção de rendimento na rua. A depender do trabalho, a sua realização pode ocorrer em todos os dias e horários, como fazem alguns flanelinhas. No entanto, há atividades que somente são realizadas mediante demanda específica, como os “bicos”, a prostituição e a venda de vagas em filas de marcação de consulta nos hospitais. Essa variação também acarreta diferenças nos rendimentos, que alcançam até R\$ 70,00 por dia.

O trabalho como flanelinha está entre as atividades mais comuns entre as pessoas em situação de rua no Centro da cidade (Figura 5). Grande parte das ruas dessa área é ocupada por trabalhadores desse setor, sejam eles moradores em situação de rua ou mesmo residentes em moradias regulares. Os relatos feitos pelos sujeitos que atuam nesse ramo de atividade indicam que as ruas são repartidas e as áreas de estacionamento são apropriadas por diferentes pessoas, que se tornam “donas” do território. Esses sujeitos geralmente se aproveitam da dinâmica provocada pelas lojas, bancos, igrejas, clínicas médicas e outros estabelecimentos. Durante as noites, a movimentação nas lanchonetes e igrejas também resulta em demanda para esse tipo de trabalho.



Figura 5 - Flanelinha trabalhando na Praça da República
Fonte: Acervo particular do autor (2017)

Como explica Montenegro (2006), as atividades do circuito inferior são intimamente ligadas aos conteúdos do meio geográfico no qual se localizam, ou seja, dependem da economia de aglomeração, aproveitando-se dos interstícios deixados pelos setores mais modernos da economia.

Esses fatores são observados no relato do Sr. Gustavo, que trabalha como flanelinha próximo à Praça São Salvador. Ele destaca que aquela área possui movimento todos os dias da semana e em todos os horários. A farmácia, que funciona 24 horas por dia, assim como os eventos noturnos na igreja, permitem que haja possibilidades de ganhos dia e noite.

Trabalho tomando conta de carro. Não dá pra ganhar muito, mas dá pra me sustentar. De segunda a segunda, todos os horários. De 7h da manhã às 22h da noite. Aqui. Só em frente aos Correios. Aqui tem a farmácia, que é 24 horas. E tem missas e casamentos na igreja. Todos os dias têm movimento. [O rendimento é] na faixa dos R\$ 60,00, R\$ 70,00 por dia (Sr. Gustavo – informação verbal).

A catação e a venda de materiais recicláveis também é uma das principais estratégias de sobrevivência da população que vive nas ruas de Campos dos Goytacazes. Papelão, latinha de alumínio, objetos de metais, ferro e cobre, além de garrafas jogadas no lixo se tornam fontes de recurso para pessoas que sobrevivem nas ruas. Conforme Loschiavo dos Santos:

Recolher objetos e materiais pós-consumo, descartados por outras pessoas, constitui-se hoje numa atividade preponderante entre populações despossuídas, do primeiro ao terceiro mundo. Trata-se de um sistema, no qual o descarte da sociedade afluente se torna o capital dos despossuídos (SANTOS, 2009, p. 149).

José, que trabalha com essa atividade juntamente com outro colega de rua, afirma que a atividade é realizada todos os dias. Segundo ele, há uma diversificação dos locais, a depender

do tipo de material. O papelão, por exemplo, é mais fácil de ser encontrado no Centro. Já as latinhas de alumínio existem em maior quantidade na região da Pelinca, bairro próximo. Essa diferença se deve ao tipo de comércio de cada área. Enquanto no Centro há maior quantidade de lojas que descartam o papelão, na Pelinca há mais bares e restaurantes que descartam as latinhas.

Os conflitos no espaço urbano

Em muitos casos, esses usos subversivos do território entram em conflito com os usos engendrados pelos demais agentes do espaço urbano, gerando reações de violência e exclusão. Conforme Santos (2000), os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando sobre o território, resultando em uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados.

Durante a realização da pesquisa de campo, foram ouvidos relatos de pessoas que chegaram à cidade mediante o encaminhamento de prefeituras de outras cidades, seja por veículos do próprio poder público municipal ou mediante passagens cedidas gratuitamente. Um dos entrevistados afirmou que o serviço de assistência social da prefeitura de um município capixaba o colocou em um veículo juntamente com outras pessoas e o deixou em Campos dos Goytacazes.

Outros relatos indicam a ocorrência de denúncias às rádios locais para removê-los dos locais de permanência e até mesmo casos de comerciantes que queimaram os pertences dos moradores. Também foram flagradas ações de remoção de moradores pela Guarda Municipal no Centro da cidade.

As modificações na arquitetura urbana, com a finalidade de impedir a circulação desses sujeitos, também são práticas comuns percebidas na cidade. Recentemente, um caso que tem despertado debates na sociedade local diz respeito à construção de uma grade em volta da praça ao lado da Paróquia São Benedito, em frente ao Jardim, que leva o mesmo nome (Figura 6).



Figura 6 - Construção de grades ao redor da praça da Paróquia São Benedito para evitar a presença de pessoas em situação de rua
Fonte: Jornal Terceira Via² (2020)

Segundo notícias divulgadas pela imprensa local³, assim como uma nota assinada pelo padre responsável pela instituição, a obra é uma resposta ao desejo da comunidade religiosa que frequenta o espaço, que se mostra incomodada com a presença dos moradores em situação de rua que, segundo o padre, eram desrespeitosos e agressivos com os fiéis.

Embora seja comum o discurso de que esse grupo social é invisível socialmente, há que se destacar a sua enorme visibilidade em termos do controle penal, repressão e punição pelos mecanismos policiais estatais. Há uma constante exposição à vigilância nos espaços de vida, como ruas, parques e albergues, não só pelos órgãos de controle penais, mas também pela mídia e sociedade civil. A dita invisibilidade é, na verdade, a indiferença e a naturalização do sofrimento e da precariedade social. A sociedade os vê, mas de forma apática, sem abalar-se ou comover-se para provocar uma mudança positiva dessa realidade (RODRIGUES; DELGADO; VALLE, 2019).

Na página oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes na internet são constantes as notícias de operações empreendidas contra a população em situação de rua. Em geral, o discurso adotado é o de que as ações repressivas visam a limpeza do espaço público e

² JORNAL TERCEIRA VIA. **Igrejas de Campos que ainda resistem às grades**. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2021/01/24/igrejas-de-campos-que-ainda-resistem-as-grades/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

³ FOLHA DA MANHÃ. **Os muros necessários e a culpa de todos** - Uma entrevista com Pe Walas, pároco da Igreja São Benedito. Disponível em: <http://www.folha1.com.br/index.php?id=/blogs/edmundosiqueira/index.php>. Acesso em: 30 jan. 2021.

a promoção do direito de ir e vir e da “sensação de segurança aos munícipes”⁴⁵⁶. As operações são realizadas em conjunto, por diversos órgãos, como a Guarda Civil Municipal, a Polícia militar, o Grupamentos de Proteção Social (GPS) e de Operação com Cães (GOC), o Corpo de Bombeiros, agentes da Superintendência de Postura e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

São recolhidos objetos considerados “ilícitos” e “suspeitos”, que “poderiam oferecer algum risco”, como facas, barras de ferro e de madeira, trituradores, cachimbos, folhas de papel de seda, espeto e martelo. Além desses materiais, há o recolhimento de objetos que estariam atrapalhando a circulação dos transeuntes, entre os quais papelões para reciclagem, barracas, lonas e varais de roupa. Conforme Rodrigues *et. al*,

Além da expectativa de ilegalidade, existem formas de violência material, documental que expressam formas de visibilidade e controle: os pertences, objetos e documentos dos cidadãos em situação de rua não são garantidos do direito à propriedade como dos demais, sendo constantemente violados (Rodrigues et al, 2019, p.118).

Santos (2009) afirma que a presença da pessoa em situação de rua viola diversas ordens hegemônicas, tais como a da distribuição dos indivíduos no território urbano, a da participação no mercado de trabalho e a da inserção na burocracia do Estado. Tais indivíduos são considerados empecilhos para a sociedade, desnecessários economicamente, perigosos socialmente e incômodos politicamente, de maneira que a sua existência e ação reflitam uma desordem social. Dessa forma, a sociedade responde com estigmas, desprezo e rejeição.

Embora coexistam no território, as ações de parte da sociedade civil e, principalmente, das empresas e do Estado sobre a população em situação de rua, elas evidenciam as diferenças no poder de atuação sobre o território usado. Nesse jogo desigual, o território como abrigo dos necessitados é constantemente desconsiderado, havendo a sobreposição das estratégias hegemônicas de uso do espaço urbano.

Considerações Finais

A presença de pessoas vivendo nas ruas constitui uma perversa realidade que se revela na paisagem do espaço urbano de grande parte das cidades do Brasil e do mundo. Assim como na maioria das cidades brasileiras, em Campos dos Goytacazes a população em situação de rua

⁴ PREFEITURA DE CAMPOS. **GCM e PM apreendem objetos ilícitos com pessoas em situação de rua.** Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=5978. Acesso em: 21 mar. 2021.

⁵ PREFEITURA DE CAMPOS. **Centro Pop:** notificação no Centro com apoio da Guarda, Postura e 5º GBM. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=56243. Acesso em: 21 mar. 2021.

⁶ PREFEITURA DE CAMPOS. **Guarda Municipal e Postura realizam operação na Praça São Salvador.** Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=50211. Acesso em: 21 mar. 2021.

se concentra na área central da cidade. As análises permitem considerar que a forma como o espaço urbano está organizado condiciona a vida dessas pessoas, que aproveitam as maneiras e dinâmicas próprias do Centro comercial para realizar as suas estratégias de habitação e sustento.

Os territórios são apropriados e usados conforme as suas necessidades. A alimentação é adquirida, em muitos casos, a partir de instituições como o Centro POP e instituições religiosas, assim como pelas organizações não governamentais que realizam ações voluntárias. Quanto à água para beber, ela pode ser adquirida nas igrejas, postos de combustíveis ou, até mesmo, no Batalhão da Polícia Militar. Já o banho pode acontecer em banheiros públicos, no Centro POP ou no Rio Paraíba do Sul.

Nos usos que fazem do território, destacam-se, ainda, os equipamentos de políticas sociais voltadas especificamente para essa população. Tais materialidades se apresentam como importantes elementos para esses sujeitos, pois contribuem com a mitigação das suas dificuldades e problemas cotidianos, assegurando o acesso às condições de vida mais adequadas, ainda que de forma provisória. No entanto, deve-se considerar que tais ações não implicam necessariamente na solução da problemática. Constata-se que tais espaços não são projetados adequadamente para essa finalidade, havendo uma série de problemas estruturais que entram em conflito com a própria lógica assistencial e com as necessidades próprias da população em situação de rua.

Os relatos colhidos nas instituições indicam que a escolha pelos abrigos ocorre, principalmente, pela segurança oferecida, em oposição à violência das ruas. Por outro lado, aqueles que “preferem” as ruas afirmam que isso ocorre devido ao excesso de regras das instituições, enquanto a rua ofereceria maior “liberdade”. Os horários de entrada e saída, por exemplo, impedem a permanência de alguns trabalhadores nesses espaços, haja vista que, para muitos deles, o trabalho é realizado durante a noite. Torna-se essencial que as normas que regem o funcionamento desses espaços sejam revistas, no sentido de atender efetivamente essa população, considerando as suas necessidades específicas.

Contrariando os discursos impregnados de preconceitos e que classificam esses sujeitos como desocupados, a análise revela que a população em situação de rua está incorporada à economia urbana via circuito inferior, com a criação de trabalhos nas suas diversas formas, garantindo a existência e a sobrevivência desse grupo no espaço urbano da cidade. Para essa população, o trabalho adquire significativa importância. A grande concentração de pessoas, comércio e serviços na área central da cidade constitui um fator essencial para a realização de atividades, como a venda de doces e artesanatos, a catação de materiais recicláveis, assim como o trabalho de “flanelinha”. Além desses serviços, ocorre a realização de trabalhos esporádicos,

como capina de quintal, pintura ou ajudante de pedreiro. Outras formas de obtenção de dinheiro identificadas foram a prostituição e a venda de vagas nas filas de hospitais.

Os usos que essa população faz do espaço urbano se mostram como uma contraposição às estratégias que constituem as cidades corporativas. Diante disso, os conflitos se tornam inevitáveis, chegando ao extremo da execução de verdadeiras ações higienistas, visando eliminar essa população das áreas privilegiadas do espaço urbano. Isso demonstra que, apesar dos avanços no sentido de integrar essa população aos serviços básicos, ela continua sendo alvo de ações que visam atender unicamente os atores que comandam a cidade capitalista.

As ações dessa população no espaço urbano constituem resistências ante as racionalidades hegemônicas de uso do território urbano. Ao desenvolverem estratégias de moradia e sustento, contrapõem-se à organização e ao uso dominante do território e denunciam a perversidade do processo gerador de pobreza na sociedade contemporânea.

Considera-se necessário avançar nesse campo de pesquisa, pois analisar os usos do território por essa população propicia uma melhor compreensão da complexidade do espaço urbano, revelando um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade. Além disso, as pesquisas podem colaborar para a desconstrução de preconceitos e concepções equivocadas reproduzidas socialmente, assim como contribuir para a elaboração de políticas públicas mais condizentes com a realidade desse grupo social.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de avaliação e Gestão da informação. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009a.

BRASIL. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

CENTROPOP. **Levantamento de dados do Centro POP (2014 - 2017)**. Campos dos Goytacazes: CENTROPOP, 2017.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: Desenvolvimento e dinâmica territorial no norte fluminense**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – IPPUR – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SCOREL, S. Vivendo de teimosos: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. In: BURSTYN, Marcel. (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.139-172.

FRANGELLA, S. M.. **Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2019.

KOGA, D. H. U. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES SILVA, M. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

LOSCHIAVO DOS SANTOS, M. C. Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. In: CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (Org.). **Rua, aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília: MDS, 2009. p. 139-150.

METRAUX, S.; FARGO, J.; ENG, N.; CULHANE, D. Employment and Earnings Trajectories During Two Decades Among Adults in New York City Homeless Shelters. **Cityscape: A Journal of Policy Development and Research.** US, v. 20, n. 2, p.117-146, ago, 2018.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

NATALINO, M. A. C. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (Setembro de 2012 a Março de 2020). Nota Técnica. Texto para Discussão N°73. **IPEA.** Brasília, 2016. p. 1-20.

NEVES, D. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. **Caderno CRH,** Salvador, n. 31, jan/dez, 1999.

OLIVEIRA, F.B. DE.; COSTA, S. L. da. Entre a rua e o abrigo: reorganização do cotidiano. **Cad. Terapia Ocupacional,** UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 347-355, 2015.

PENTEADO, A. T. C. **Urbanização e usos do território: as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campinas/SP.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais do X EGAL,** São Paulo: USP, 2005. p.12458-12470.

RIBEIRO, A. C. T. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra,** Salvador, n. 09, p. 58-71, 2012.

ROBAINA, I. M. M. “Nas margens do centro”: As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. **Caderno de Geografia,** v. 23, n. 40, p. 1-14, 2013.

ROBAINA, I. M. M. **Entre mobilidades e permanências: Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, I; DELGADO, L. P.; STIGERT, B. O mito da invisibilidade dos cidadãos em situação de rua. **Revista Abordagens,** v. 1, p. 111-121, 2019.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, n. 9, p. 1 - 13, jul/dez, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, Ano 6, n. 16, p. 251 - 161, jun. 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, D. **O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA**: um estudo de caso. Monografia (Especialização em Direitos Humanos e Cidadania) - Fundação Escola do Ministério Público, Salvador, 2009.

SILVEIRA, M. L.. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 151-163, 2011.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso. The Invisible Indigence of the Homeless. **International Journal of Social Science Studies**, v. 9, p. 69-78, 2021.